



Índice

- 01** [Governo do Estado apresenta propostas para impasse das áreas indígenas no RS](#)
- 02** [Parlamentares e indígenas pedem ao STF suspensão da PEC 215](#)
- 03** [Força Nacional monta base no sul da Bahia para evitar conflito entre produtores e índios](#)
- 04** [Terras indígenas: comissão decide até amanhã sobre convocação de ministra](#)
- 05** [Governo usa Embrapa para ganhar tempo, diz deputado](#)
- 06** [MT registra 787 focos de incêndio em áreas indígenas e lidera ranking](#)
- 07** [Comissão debate demarcações de terras indígenas no Maranhão](#)
- 08** [Comunidade indígena amazonense tem assistência de saúde precária](#)
- 09** [Tese da Fale lança novo olhar sobre a literatura de temática indígena](#)
- 10** [Final dos Jogos dos Povos Indígenas acontece neste fim de semana em Oiapoque](#)



Governo do Estado apresenta propostas para impasse das áreas indígenas no RS
SÍTIO RÁDIO COMUNITÁRIA, 20.08.2013

O Governo do Estado reuniu-se nesta segunda-feira, dia 19, em Erechim, com agricultores (representados pela Federação dos Trabalhadores em Agricultura Familiar - Fetraf) e Ministério Público Federal, Fundação Nacional do Índio - Funai, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, a fim de solucionar a questão da possibilidade de reintegração de posse das áreas indígenas no Estado. Ainda nesta semana, o Governo gaúcho reúne-se com os indígenas. Cerca de 60 terras no Rio Grande do Sul são reivindicadas pela comunidade indígena.

Conforme o secretário Ivar Pavan, a posição do Governo é de defesa dos direitos dos indígenas e dos agricultores. Considerando do ponto de vista histórico da ocupação destas terras, elas foram colonizadas legalmente por agricultores, que pagaram por estas propriedades, mas existem pequenas áreas que são demarcadas como indígenas.

O grupo de trabalho - formado pelo chefe de gabinete do governador, Ricardo Zamora, o secretário de Desenvolvimento Rural e Pesca, Ivar Pavan, a Procuradoria Geral do Estado e Assessoria Superior do governador - elaborou um conjunto de proposições para solucionar o impasse. As propostas do Governo do Estado são:

- Viabilizar indenização (recursos obtidos em parceria com Governo Federal) aos agricultores de algumas áreas que foram colonizadas ilegalmente, ou seja, eram indígenas e foram comercializadas;
- Revisão das portarias já publicadas, de Mato Preto (Getúlio Vargas) e Passo Grande da Forquilha (Sananduva);
- Suspensão da publicação de novas portarias até que se defina uma política de garantia dos direitos das partes;
- Para resolver a questão, o Governo do Estado entende que não basta a terra, mas um conjunto de políticas públicas voltado para as comunidades indígenas (como moradia, educação, saúde).

Caso as partes envolvidas aceitem essas propostas, o Governo gaúcho apresentará as proposições ao Ministério da Justiça. Em caso de não haver acordo, o assunto será debatido judicialmente.



Parlamentares e indígenas pedem ao STF suspensão da PEC 215

SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 20.08.2013

Brasília – Deputados da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas pediram ontem (19) ao ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso a suspensão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que trata da demarcação de terras indígenas. Barroso é o relator do mandado de segurança impetrado pelo grupo. A audiência também foi acompanhada por lideranças indígenas.

A PEC 215 está em tramitação desde 2000 e retira do Poder Executivo a atribuição exclusiva de homologar terras indígenas. De acordo com o texto, o Congresso Nacional passa a ter competência para aprovar a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e ratificar as demarcações homologadas.

No pedido encaminhado ao Supremo, no dia 8 deste mês, os parlamentares querem impedir a instalação da comissão especial da Câmara destinada a analisar o mérito da proposta. A comissão foi criada após a aprovação da admissibilidade da PEC pela Comissão de Constituição e Justiça, em 21 de março do ano passado, mas não foi composta e nem instalada.

A instalação da comissão especial, criada em 11 de abril deste ano pelo presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), foi suspensa temporariamente por acordo entre deputados e lideranças indígenas, após intensa mobilização e protestos dos índios, que chegaram a invadir o plenário da Casa, o plenário de comissões e acamparam no Salão Verde da Câmara.

De acordo com o deputado federal Padre Ton (PT-RO), presidente da Frente Parlamentar, a tramitação da PEC deve ser suspensa porque o texto é inconstitucional. "Essa PEC retira poderes do Executivo conquistados na Constituição de 1988 para demarcar terras indígenas e leva para o Parlamento. O interesse é paralisar a demarcação de terras, regularização de terras quilombolas e criações de reservas florestais no Brasil", disse.

O deputado federal Alessandro Molon (PT-RJ) disse que proposta desrespeita o direito constitucional dos povos indígenas a suas terras. "Temos certeza de que se PEC 215 for para a comissão especial, ela será aprovada na comissão, será aprovada no plenário pela força dos ruralistas e nunca mais se demarcará terra indígena no Brasil", concluiu.

Segundo os parlamentares, o ministro Luís Roberto Barroso prometeu analisar a questão "o mais rápido possível". Os deputados também pediram agilidade no julgamento dos recursos da ação sobre a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, que também estão sob a relatoria de Barroso. Durante a audiência, o ministro ganhou um colar. O presente foi dado por Márcio Kokoj, da etnia Kaingang.



Força Nacional monta base no sul da Bahia para evitar conflito entre produtores e índios

SÍTIO BOL, 20.08.2013

A Força Nacional de Segurança montou nesta terça-feira (20) uma base em Buerarema (450 km de Salvador) para evitar novos atos de violência em protestos organizados por produtores rurais contra a demarcação da terra indígena Tupinambá de Olivença, área de 47,4 mil hectares (474 km²) que se estende por partes dos municípios de Una, Ilhéus e Buerarema.

A tropa desembarcou em Ilhéus e se reuniu com representantes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Militar para definir as estratégias de atuação na região. A previsão de permanência é de 90 dias, prorrogáveis se necessário. A Força Nacional fará patrulhamento ostensivo em vias não pavimentadas e pontos de bloqueios nos principais acessos de Buerarema.

Os atos de violência começaram na quarta-feira passada (14), quando um caminhão que transportava estudantes da Escola Estadual Indígena Tupinambá Serra do Padeiro foi alvejado por tiros. Ninguém foi baleado, mas os estudantes não indígenas Lucas Araújo dos Santos, 18, e Rangel Silva Calazans, 25, foram atingidos por estilhaços de vidro.

Segundo a tupinambá Magnólia Jesus da Silva, professora e diretora da escola estadual indígena, ambos passam bem, mas Lucas permanece com um estilhaço de vidro próximo ao olho direito. "Não podemos levar o garoto ao hospital porque corremos risco."

Na sexta-feira (16), produtores rurais e moradores de Buerarema bloquearam a BR-101 por várias horas. Pelo menos três carros de órgãos governamentais foram incendiados pelos manifestantes. Uma agência do Banco do Brasil foi depredada e uma unidade da Ebal (Empresa Baiana de Alimentos), estatal que comercializa alimentos a famílias de baixa renda, foi saqueada.

Na madrugada de sábado (17), um ônibus utilizado para levar crianças até a escola indígena também foi incendiado em Una, quando estava estacionado. Na manhã desta terça-feira (20), mais três carros de órgãos governamentais, entre eles um da Funasa (Fundação Nacional de Saúde), foram incendiados em Buerarema.

De acordo com Magnólia, fazendeiros da região estão ameaçando os tupinambás que moram na área urbana de Buerarema e obrigando comerciantes a fechar as portas. "Se não fechar, eles mandam saquear. Eles dizem que, se os índios forem para cidade, vão morrer. Quem tem casa em Buerarema, eles estão invadindo. A gente está na aldeia, não está saindo."

Os produtores rurais da região responsabilizam os tupinambás pelos atos de violência, embora imagens divulgadas pela imprensa local mostrem que as ações não foram praticadas pelos indígenas. "O conflito está sendo causado pelos índios, que estão expulsando os agricultores

CONT.



familiares das áreas. Estamos aguardando uma posição do governo com relação a essas ações desordenadas", afirmou o produtor Zenilton Rosa, diretor do Sindicato dos Produtores Rurais de Una.

A reportagem entrou em contato com a Polícia Federal em Ilhéus, mas não conseguiu localizar o delegado Mário Lima, o único autorizado a falar sobre o assunto, segundo informou outro policial federal.

Demarcação da terra indígena

Segundo dados da Funasa de 2009, cerca de 4.700 tupinambás vivem na região em processo de demarcação, agrupados em mais de 20 comunidades dispersas. O processo de identificação da terra indígena começou em 2004. Cinco anos depois, a Funai (Fundação Nacional do Índio) aprovou o relatório que delimitou a área da terra dos tupinambás.

Donos de fazenda, hotéis e prefeituras da região apresentaram quase 6.000 páginas de contestações à área delimitada pela Funai, mas o órgão julgou improcedente todos os apelos. Atualmente, os indígenas aguardam que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, assine a portaria de declaração da terra indígena. Após esta etapa, faltará a homologação da área pela Presidência da República e o registro nos cartórios da região.

"A gente está aguardando eles assinarem a portaria declaratória. Os produtores, em vez de protestar contra nós, deveriam exigir que o governo indenize as terras", afirmou Magnólia.

Os produtores, entretanto, não reconhecem a terra indígena. "Não há demarcação, há um estudo. A Funai acha que ali pode ser uma área indígena, mas não tem definição, não tem coisa concreta. Até o momento não tem nada juridicamente legal", disse Rosa.

Retomada do território

Os tupinambás reclamam da lentidão no processo de demarcação de terras, o que motivou várias ações do MPF (Ministério Público Federal) nos últimos anos, incluindo pedido de indenização aos indígenas.

Para a cientista social Daniela Alarcon, que neste ano concluiu pesquisa de mestrado pela UnB (Universidade de Brasília) sobre a retomada do território pelos tupinambás, a lentidão na demarcação da terra é responsável pelo conflito no sul baiano.

"A nossa Constituição garante os direitos territoriais indígenas e o Brasil é signatário de tratados internacionais que vão na mesma direção. Ao violar sistematicamente os prazos legais para a conclusão da demarcação, deixando índios e não índios desassistidos, o Estado brasileiro contribui para o agravamento das tensões na região", disse.

Os indígenas começaram a perder suas terras no final do século 19, com a expansão agrícola na região. No auge do ciclo do cacau, entre os anos 1920 e 40, a expropriação dos índios se intensificou. Os tupinambás que não migraram para cidades se mantiveram em territórios diminutos ou então se tornaram funcionários dos fazendeiros. Em muitos casos, passaram a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 150 / 2013

Brasília, 21 de agosto de 2013.

trabalhar como meeiros, doando metade da produção aos proprietários, ou em condições análogas à escravidão.

Cansados da demora no processo de demarcação da terra indígena, eles decidiram se organizar e ocupar, a partir de 2004, as áreas reivindicadas, acirrando o conflito com os fazendeiros.

"As retomadas de terras têm o intuito de pressionar o Estado para fazer o processo de demarcação avançar, mas também foram realizadas para resolver problemas concretos das famílias, que em alguns casos viviam em situação de pobreza extrema, passando fome. Além disso, elas atendem a princípios da cosmologia dos tupinambás, que entendem que naquelas áreas moram entidades conhecidas como 'encantados' e que os indígenas têm o dever de proteger o território", afirmou a cientista social.

A assessoria de imprensa do Ministério da Justiça, órgão ao qual a Funai é subordinada, afirmou que a pasta não irá se posicionar, neste momento, a respeito do processo de demarcação.



Terras indígenas: comissão decide até amanhã sobre convocação de ministra
SÍTIO CÂMARA DOS DEPUTADOS, 20.08.2013

A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia decide até esta quarta-feira se mantém a convocação à ministra chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, para participar de audiência pública sobre a demarcação de terras indígenas. A convocação foi aprovada na semana passada, em reação à decisão do Governo de impedir que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária participasse de audiência na comissão.

Após se reunir nesta terça-feira com o presidente da Embrapa, Maurício Lopes, na sede da empresa, o presidente da comissão, deputado Jerônimo Goergen, do PP gaúcho, reconheceu que a decisão será política.

"A convocação está aprovada. Nós temos que marcar ou arquivar. Temos que ver qual o movimento político que faremos agora. É claro que nós não estamos aqui para estourar ponte com o governo. Agora, está na hora de o governo deixar de empurrar com a barriga, como tem feito na relação com o Congresso."

Os deputados esperam uma definição da ministra sobre a criação de um grupo de trabalho para discutir um novo modelo de análise de demarcações de terras indígenas, que leve em consideração laudos antropológicos da Funai, a Fundação Nacional do Índio, mas também informações de outros órgãos e ministérios, como a Embrapa. Esses dados poderiam conter, por exemplo, a repercussão econômica sobre a decisão. É o que explica o presidente da Subcomissão Especial de Demarcações de Terras Indígenas, deputado Nilson Leitão, do PSDB do Mato Grosso.

"Eu espero sinceramente espero que ela dê as respostas antes de ser convocada. Se ela disser que dia vai ser implantado esse grupo de trabalho sobre o novo modelo, qual será esse novo modelo, quem vai participar desse grupo, aí, talvez, não a convocaremos. Porém, eu acredito que ela ainda não tenha respostas para dar."

Na reunião desta terça-feira, um grupo de deputados ouviu do presidente da Embrapa, Maurício Lopes, o que já havia sido divulgado em nota. A Embrapa não emite laudos antropológicos, apenas contribui com análises e informações que auxiliam diferentes órgãos do governo a tomar decisões e elaborar políticas públicas.

O problema começou após a divulgação de que um relatório da Embrapa sobre terras no Paraná conteria críticas a estudos realizados pela Funai, o que teria motivado o governo a suspender a demarcação de terras indígenas.

De Brasília, Marise Lugullo



Governo usa Embrapa para ganhar tempo, diz deputado

SÍTIO GUIA PARANÁ SUDESTE, 20.08.2013

O deputado federal Jerônimo Goergen (PP/RS), presidente da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, disse que o governo cita dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) sobre demarcações de terras indígenas apenas para "ganhar tempo em relação ao tema ainda sem solução". Jerônimo Goergen, acompanhado de deputados da comissão, se reuniu nesta terça-feira, 20, pela manhã na sede da Embrapa com o presidente, Maurício Lopes.

O deputado explicou que os parlamentares questionaram Maurício Lopes sobre a existência do suposto estudo produzido pela empresa, que contestaria diversos processos de demarcação de terras indígenas produzidos pela Fundação Nacional do Índio (Funai). "Lopes garantiu que a Embrapa jamais elaborou um trabalho neste sentido, apenas subsidiou a Casa Civil com informações públicas sobre a evolução e a dinâmica do uso das terras", disse o presidente da comissão.

Jerônimo Goergen lembrou que a Embrapa tem estudos diversos sobre a agricultura brasileira, que são públicos e estão no site da instituição. Na avaliação do parlamentar, "houve um erro político da ministra da Casa Civil e da presidente da República ao usar a Embrapa, dizendo que estava tudo suspenso. Não há nenhum estudo antropológico dentro da Embrapa, assim como não há a suspensão de nenhum processo de demarcação de áreas indígenas no Brasil. Tudo foi conversa fiada", acusa.

Na opinião do deputado, "o desmentido oficial da Embrapa joga para o Palácio do Planalto a pressão de decidir sobre o novo modelo de demarcação, que envolveria a participação de outros órgãos além da Funai". O deputado federal Nilson Leitão (PSDB/MT), que preside a subcomissão de Demarcações de Terras Indígenas, afirmou que convocação da ministra Gleisi Hoffmann pelo Congresso Nacional está mantida e falta apenas marcar a data. No entanto, ele admite que é possível trocar a convocação por uma audiência na Casa Civil, para que a ministra esclarece a proposta do governo.

Os deputados observam que na última sexta-feira, 16, foi publicado um decreto no Diário Oficial da União criando uma mesa de negociação composta por representantes dos povos indígenas, ONGs e a Presidência da República. Eles consideram a exclusão dos produtores rurais e parlamentares do debate mais um erro político do Palácio do Planalto na condução das demarcações de terras indígenas.



MT registra 787 focos de incêndio em áreas indígenas e lidera ranking
SÍTIO CUIABÁ MAIS, 20.08.2013

Mais de 150 brigadistas atuam no combate ao fogo no estado.

As queimadas em Mato Grosso têm consumido diversas áreas indígenas e de conservação, principalmente após deflagrado o período que compreende o proibitivo de fogo. Segundo monitoramento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), 1.491 focos de incêndio foram registrados em terras indígenas no país, sendo que mais da metade está concentrado no estado: 787. Os dados se referem ao período entre 15 de julho e 19 de agosto, ficando empatados no segundo lugar no ranking os estados de Tocantins e Maranhão com 245 focos cada um.

Em solo mato-grossense, a pior situação ocorre na terra Marãiwatsédé, região nordeste de Mato Grosso, no município de São Félix do Araguaia, a 1.159 km de Cuiabá. Lá, foram registrados 157 focos de queimada, conforme o Inpe. Em Paresi, região de Tangará da Serra, a 242 km da capital, está logo atrás no número de registros com 107 focos de calor. Contudo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) considera haver ao menos outras nove terras indígenas em estado crítico.

"A situação está tensa com as chamas se alastrando devido à área seca e ainda por conta de ações criminosas nas áreas, principalmente em Marãiwatsédé", destacou Nicélio Silva, que atua na coordenação do Ibama. A área foi alvo de conflito agrário entre a União e posseiros, que questionavam a ocupação tradicional indígena ao longo de 20 anos. Já na Paresi, que compreende 1 milhão de hectares, a estimativa é de que as chamas já consumiram mais de 60 hectares, no total.

O controle do fogo é realizado pelo Centro Especializado de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (Prevfogo), órgão que reúne diversas entidades com o objetivo de combater as queimadas no estado, e que conta com cinco brigadas, sendo três delas indígenas. São 61 índios treinados e que combatem os focos de calor ao longo do período crítico de incêndio. Eles são das etnias Bakairi, localizada na região de Paranatinga, a 411 km de Cuiabá; Wawi, provenientes da região de Querência, a 912 km, perto do Parque do Xingu; além de um grupo Paresi.

Eles estão aliados aos outros brigadistas não índios espalhados pelo estado, somando 157 homens atuando nas brigadas. Até o ano passado, o Ibama designava as brigadas para atender áreas no entorno de municípios com alta ocorrência de focos de calor.

Contudo, lei complementar de 2011 fez com que o trabalho, a partir deste ano, os demais entes federados recebam atribuição por essas regiões, deixando para as brigadas do Prevfogo o foco em áreas de responsabilidade federal, como terras indígenas, projetos de assentamento e unidades de conservação do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio).



Comissão debate demarcações de terras indígenas no Maranhão

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 20.08.2013

A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia debate nesta terça-feira, às 14 horas, o processo de demarcação das terras indígenas Governador e Awa-Guajá, do Maranhão. A audiência, proposta pelo deputado Weverton Rocha (PDT-MA), será realizada no Plenário 15.

Rocha afirma que, caso seja homologada a área proposta pela Funai, a terra indígena Awá-Guajá afetará a vida de 40 mil pessoas de quatro municípios do Maranhão: São João do Caru, Zé Doca, Newton Belo e Centro Novo.

No caso da área Governador, a sua ampliação abrangerá 75% do município de Amarante, segundo o deputado. "Isso levará a um colapso administrativo, visto que as arrecadações serão drasticamente diminuídas e parte da população, desalojada", diz.

O parlamentar afirma que o objetivo da audiência pública é tentar "estabelecer um acordo que possa tranquilizar toda a população provavelmente afetada."

Foram convidados:

- o coordenador de Índios Isolados e Recente Contato do Ministério da Justiça, Carlos Travassos;
- a presidente da Funai, Maria Augusta Boulitreau Assirati;
- o representante do Ministério Público Federal do Maranhão, José Raimundo Leite;
- a prefeita de Amarante (MA), Adriana Luriko Kamada Ribeiro;
- o prefeito de Fernando Falcão (MA), Adailton Ferreira Cavalcante;
- o prefeito de São João do Caru, Jadson Lobo Rodrigues;
- o presidente da Comissão Permanente em Defesa dos Proprietários e Agricultores de São João do Caru no Maranhão, Arnaldo Lacerda Souza;
- o presidente da Comissão Permanente em Defesa dos Proprietários e Agricultores de Amarante no Maranhão, Mauro Sérgio Lima Marinho; e
- o presidente da Comissão Permanente em Defesa dos Proprietários e Agricultores de Fernando Falcão no Maranhão, Ridson Arruda Martins.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Comunidade indígena amazonense tem assistência de saúde precária

SÍTIO JORNAL DE BRASÍLIA, 21.08.2013

Os 570 índios que vivem no território Beija-Flor, no município de Rio Preto da Eva, a 80 quilômetros da capital amazonense, recebem, em média, duas vezes por mês a visita da equipe de saúde ligada ao Distrito Sanitário Especial Indígena de Manaus, estrutura do Ministério da Saúde. Nas aldeias, os profissionais não médicos como enfermeiros, técnicos em enfermagem e agentes de saúde, pesam e medem as crianças e verificam as condições gerais dos moradores como sintomas de alguma doença e se têm vermes. Já o médico, que passa cinco dias por mês na comunidade, faz consultas e, quando necessário, pedidos de exames.

Alguns casos, no entanto, precisam ser tratados no Polo Base, localizado em uma área central do território indígena, que funciona como a primeira referência para as equipes multidisciplinares que atuam nas aldeias. A estrutura, segundo quem trabalha no local, não é adequada. Em um imóvel de apenas dois cômodos moram duas enfermeiras - que se revezam em plantões de 20 dias - e uma técnica de enfermagem. Elas dividem o único quarto do imóvel.

O outro cômodo é uma espécie de sala multiuso, onde são feitos atendimentos. Nele também ficam armazenados os medicamentos em uma estante de madeira com isolamento improvisado feito com cortina de TNT - um tipo de pano -, próxima à área que funciona como cozinha.

Segundo a enfermeira Eliane Araújo, há cerca de um mês, a índia da etnia Sateré-Mawé, Francinete de Oliveira Cidade, 18 anos, deu à luz na cama da enfermeira. Sentindo fortes dores, ela chegou ao polo ainda de madrugada. Sem ter onde colocar a jovem, a enfermeira pediu que ela se deitasse em sua cama enquanto ligava para o hospital do município para definir os procedimentos. Antes que terminasse a ligação, a criança nasceu.

"Eu já estava sentindo muitas dores há algum tempo e corri para cá. Ela me mandou deitar ali na cama, mas não deu tempo de quase nada. O bebê nasceu muito rápido", disse Francinete.

"Aqui, a gente não tem estrutura para atender, mas atende o que chegar. Só que não temos uma sala para fazer atendimento de enfermagem, não temos maca ou um local para deixar o paciente em observação após administrar uma medicação forte, por exemplo", disse a enfermeira Elaine Araújo. "O ideal seria que tivéssemos, além disso, ao menos, um laboratório para fazer exames de sangue, urina e fezes", acrescentou à Agência Brasil.

Em sua avaliação, o tempo de permanência do médico na região - cinco dias por mês - não é curto, porque, sem estrutura, não teria muito o que fazer. "Nesse polo, a presença de um médico não teria muito sentido porque ele não teria nem lugar para ficar. Ter médico e não ter equipamento, não adiantaria", destacou, ressaltando que um novo polo, mais moderno e mais bem equipado, deve ser construído na região em 2015.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 150 / 2013

Brasília, 21 de agosto de 2013.

Já o coordenador-geral das aldeias do território Beija-Flor, o índio Francisco Pinto da Silva, da etnia Sateré-Mawé os cinco dias de permanência do médico não são suficientes para atender toda a demanda das aldeias, mas reconhece que a unidade não tem estrutura adequada para uma estadia maior do profissional.

"Esse tempo de permanência do médico na aldeia não é suficiente, porque quando ele sai ainda fica muita gente [sem atendimento], quem chega depois para encaminhamento [para exame] ou para receita, acaba não sendo atendido. O ideal seria que tivéssemos o médico por uns dez ou 15 dias", disse Francisco.

De acordo com a equipe de saúde que atua no local, os casos mais comuns entre os índios das aldeias do território Beija-Flor são picada de cobra, em que o paciente é encaminhado diretamente ao hospital da região, e malária. Quando há suspeita da doença, é possível fazer o teste rápido no polo, que possui o kit necessário. Se o resultado for positivo, os profissionais pegam a medicação na unidade hospitalar de Rio Preto da Eva e levam para o paciente, que não precisa deixar a aldeia.

Fora do território, a doença também é comum. A empregada doméstica Francisca Pinto da Silva, 50 anos, moradora de Rio Preto da Eva, já teve crises de malária cinco vezes. Em todas elas, disse que foi atendida nas unidades de saúde do município e recebeu a medicação. "Eles me atenderam bem todas as vezes e fiquei boa, graças a Deus", disse.

Os distritos sanitários especiais indígenas estão localizados em uma área que vai desde a região metropolitana da capital amazonense até o centro-leste do estado. No distrito, segundo dados do Ministério da Saúde, 24.064 indígenas são atendidos. A etnia de maior população é a Mura.

Fonte: Agência Brasil



Tese da Fale lança novo olhar sobre a literatura de temática indígena

SÍTIO JORNAL BRASIL, 20.08.2013

As abordagens da temática indígena na literatura brasileira já duram mais de meio milênio, perpassando as grandes escolas literárias, como o barroco, o arcadismo e o romantismo: mas remontam até o quinhentismo, e alcançam, na contemporaneidade, nomes como Manoel de Barros e Milton Hatoum. Nesse sentido, a análise crítica e acadêmica sobre a formação da literatura nacional passa inevitavelmente pela cultura indígena e seus mitos.

No século 20, parte significativa dessa reflexão se deu sob a perspectiva do indigenismo literário, conceito que abrange estudos sobre a forma como o escritor branco ocidental aborda a figura do índio. Trata-se, sobretudo, de uma crítica ao olhar – não raro alegórico e estereotipado – lançado sobre o indígena e seu universo.

Ainda hoje essa vertente é mobilizada para o estudo da vasta linhagem de escritores que assumiu o índio como referência fundamental na construção de sua literatura – mas a academia já se mobiliza para problematizar, delinear e transcender as limitações dessa abordagem. É nessa vertente que surge a tese *A cobra e os poetas: uma mirada selvagem na literatura brasileira*, recentemente defendida na Faculdade de Letras (Fale) por Mário Geraldo Rocha da Fonseca. O estudo motivou matéria na edição 1829 do Boletim, que pode ser acessada aqui.

Em sua tese, Mário cria um conceito literário para melhor compreender a literatura brasileira de temática indígena. O pesquisador elege a figura de um animal selvagem – a cobra – e tudo o que ele representa no mundo indígena para propor a tese da “escrita ofídica”: a escrita literária de uma linhagem de escritores brasileiros que, em suas produções, se relacionaram com o mito indígena. “Penso que na medida em que os escritores se apropriaram do mito, eles foram contaminados pelo jeito dos índios de fazer literatura, de escrever seus mitos. É essa escrita influenciada pelo mito indígena que chamo de escrita ofídica”, diz.

Para Fonseca, o “olhar da cobra” consiste em uma “mirada selvagem”, que pode ampliar a compreensão histórica desses escritores. “No meu trabalho, a cobra é um conceito teórico, mas é também personagem e referência do espaço territorial amazônico. Uso o termo para sugerir nova reflexão, não mais moldada pelo indigenismo literário, mas pelo olhar que emerge da literatura indígena, em que os próprios índios sistematizam seus mitos. O surgimento dessas literaturas extraocidentais está possibilitando toda uma nova problematização das abordagens feitas pelo homem branco do mito indígena”, analisa.

Em entrevista, o pesquisador detalha para o Portal UFMG o conceito que criou.

Por que propor um novo conceito para ler a literatura de temática indígena?

CONT.



Porque existe uma leitura dominante do cânone literário indigenista da qual eu precisava me desviar; não refutar, mas desviar. A leitura de que falo é a que dá voz a uma certa utopia de alguns escritores em seu intuito de colher uma língua junto aos índios como forma de defender uma língua brasileira, mais “autêntica”, nativa, um português puramente brasileiro. A mim, o que interessa no aspecto linguístico, por exemplo, não é nem o português nem a língua nativa dos índios, mas sim a invenção que esses escritores fizeram de uma terceira língua.

Hoje estão surgindo os chamados “livros da floresta”, nos quais os índios escrevem seus mitos, que antes só faziam parte do mundo da oralidade. O que ajuda a melhor compreender a invenção de um português a partir das línguas nativas do Brasil é justamente esse aparecimento de uma literatura propriamente indígena; não indigenista, mas indígena, de fato produzida pelos índios. O cenário é novo, e demanda novas ferramentas para ser bem explorado. A reflexão que surge daí é típica de um tempo em que as teorizações da literatura buscam superar a clássica polarização entre mito e realidade.

Como se dá essa polarização?

O que se está problematizando, de forma ampla, é a literatura como um todo; a antiga contraposição ocidental entre invenção e verdade. O conceito de autoficção, muito em voga na literatura contemporânea, tem a ver com essa visão. O debate, agora, transcende essa polarização, pondo em crise o antigo sistema de representação que separava ficção e verdade. E a chegada dessas literaturas extraocidentais colabora para essa problematização. A literatura indígena entra justamente aí. Para os índios, o mito é real. Não se trata exatamente do que nós chamamos de realidade, mas sim de uma relação antropológica do humano com os demais seres que estão na realidade. Daí a importância de um novo conceito que seja capaz de lançar luz sobre essas questões sem desqualificar o sentido da ficção ocidental – mas também indo além de dizer que ficção é uma coisa e realidade é outra. A leitura que eu faço dos mitos indígenas parte daí. A imbricação entre ficção e verdade é a maneira que os índios sempre tiveram de lidar com o incrível poder determinante da natureza.

Detalhe como, no caso dos índios, essa relação com o real se dá.

Ao criar seus mitos, os índios estão inventando uma maneira de lidar com o real. E essa invenção é necessária para que eles possam viver o real. Se tomamos “o real” como o imenso poder da natureza, e pensamos especificamente no caso dos índios da Amazônia, vemos aí alguma coisa de imponderável. Então surge essa figuração da cobra; é um recurso para darmos conta de falar disso. A cobra é desvio, assim como o mito, desvio que é fruto da inventividade humana, da criatividade humana, para lidar com o poder da natureza, para lidar com o poder das maravilhosas coisas que estão para além do nosso controle.

E por que a cobra, especificamente, para ilustrar esse conceito?

Eu poderia ter optado por outros animais, como o papagaio, a onça, a tucandeira, também interessantes para isso. Mas fiz a escolha de um determinante imaginário. A cobra é muito forte, um dos animais mais fortes do imaginário caboclo e indígena. E há também a justificativa geográfica. Quando eu fiz a minha primeira viagem de avião, da minha cidade no interior do Amazonas para a capital, eu pude ter noção da importância e da beleza do mito da

CONT.



cobra grande na Amazônia. Aquela paisagem fulgurante de verde e os rios atravessando a floresta como se fossem uma imensa cobra. O mapa da Amazônia é ofídico. E um dos personagens mais comuns no mito amazônico é a cobra, que inclusive interessou muito aos escritores indigenistas, sobretudo os modernistas.

Como você chega ao conceito?

Uma das noções que uso para compor a cobra, e que é forte na teoria literária contemporânea, é a de “desvio”. Mas eu me desvio até desse próprio desvio, pois ele é formalista, e se dá sempre em relação a alguma norma; um desvio da língua padrão, por exemplo. O meu desvio não diz respeito à norma. O meu desvio é uma perspectiva. A pedra no meio do caminho de Carlos Drummond de Andrade, forte marco do modernismo, é um exemplo disso. Drummond está batendo na pedra, querendo de toda maneira enfrentá-la. O desvio de que eu falo não nega a existência da pedra, mas desvia-se dela. E segue o caminho. Ele não está querendo destruir a norma. Quer é construir um novo caminho; inventá-lo. A palavra invenção, portanto, é chave. Penso que quando os românticos e os modernos se apropriaram dos mitos indígenas, o que eles fizeram foi uma invenção. E que tipo de invenção é essa? Uma invenção que cria um novo mito a partir do mito indígena do qual eles se apropriaram. Mas minha preocupação não é saber o que os escritores fizeram com o mito indígena ao se apropriarem dele, mas sim o que o mito fez com eles no transcorrer dessa apropriação.

E como podemos conceituar a cobra?

De certa forma, ela dialoga com o conceito de devir; o devir como uma invenção que a gente faz para lidar com as mudanças. Penso no devir naquela perspectiva que vem de Nietzsche e passa por Deleuze, Derrida, Foucault. Para Deleuze, por exemplo, o devir não é só o tempo em movimento, as mudanças claramente vistas; é a relação humana com essa mudança. E, para lidar com essa mudança, você vai ser chamado a criar alguns elementos de permanência. Heráclito dizia que tudo muda, mas, para que tudo mude, há algo que não muda. E o que é isso que não muda? A própria mudança. O conceito de devir tem a ver com esse diálogo, de uma coisa que está sempre em transformação, e que a gente, para lidar, tende a criar alguma permanência, alguma estabilidade. O devir toca nesse ponto, na invenção dessa estabilidade. É interessante perceber como a imagem da cobra, um animal anfíbio, que transita por todos os reinos da natureza, e que está sempre em mudança (inclusive de pele), abrange tudo isso. O procedimento da metamorfose está muito presente no mito indígena. Os seres e o espaço estão sempre mudando, sempre em movimento. O espaço amazônico é um exemplo disso, por conta da força da água, que desloca até mesmo as coisas que se acredita serem mais estáveis, como o próprio terreno nos quais se constrói as casas e as árvores nascem. Num período, existe uma ilha em um determinado lugar; depois ela já está em outro: as margens dos rios estão sempre desenhando um traçado novo.

A cobra é o devir?

Sim. O devir que dialoga com conceitos como “potência”, assim como trabalhado por Nietzsche, entre outros, e retomado por Giorgio Agamben. Ambos, assim como os conceitos de “devir” dos formalistas russos e franceses, de “fora” (de Maurice Blanchot) e de “dobra” (de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 150 / 2013

Brasília, 21 de agosto de 2013.

Deleuze) ajudam a dar conta desta perspectiva que chamo de ofídica. Agamben transcende a ideia de potência como algo que só existe como uma etapa para que o ato possa existir; ele faz um desvio da relação potência/ato para problematizar a relação potência/potência. Para o filósofo italiano, algo tem mais potência justamente por também possui o poder de não ser ato.

Toda essa conceituação nos ajuda a pensar a literatura contemporânea como uma ânsia de criar uma nova realidade sem sair da realidade, se dobrando sobre si mesma. De ser não mais uma representação da coisa, mas sim a própria coisa. Da possibilidade de ser algo novo e de também não sê-lo. A literatura como possibilidade; como potência.

Tese: A cobra e os poetas: uma mirada selvagem na literatura brasileira

Autor: Mário Geraldo Rocha da Fonseca

Defesa: maio de 2013

Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Literários – Literatura Comparada.

Orientadora: professora Maria Inês de Almeida



Final dos Jogos dos Povos Indígenas acontece neste fim de semana em Oiapoque
SÍTIO GOVERNO DO AP, 20.08.2013

Etnias Galibi Marworno, Galibi Kalinã, Palikur, Karipuna, Wajãpi, Tiriýó, Kaxuyana, Txikuyana, Apalai e Wayana vão competir na aldeia Manga/OiapoqueA etapa final dos Jogos dos Povos Indígenas do Amapá acontecerá nos dias 23, 24 e 25 de agosto na aldeia Manga, localizada no município de Oiapoque.

Estarão participando os indígenas das etnias Galibi Marworno, Galibi Kalinã, Palikur, Karipuna, Wajãpi, Tiriýó, Kaxuyana, Txikuyana, Apalai e Wayana, que disputarão corrida com tora, corrida com jamachí, corrida livre, subida no açaizeiro, natação, futebol, cabo de guerra, canoagem, arco e flecha, pescaria, arremesso de lança, pintura corporal e contos e mitos.

A competição inicia nesta sexta-feira, 23, às 8h, no campo de futebol da aldeia Manga, e se encerra no domingo, 25, às 19h.

Os Jogos dos Povos Indígenas são uma realização do Governo do Amapá e coordenados pela Secretaria de Estado do Desporto e Lazer (Sedel) e Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (Sepi).

Cliver Campos/Sedel

Autor: Da Redação
Agência Amapá